



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**JOSELENE ARAÚJO DO NASCIMENTO COSTA**

**ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA  
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE  
SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS - PB.**

**SUMÉ - PB  
2018**

**JOSELENE ARAÚJO DO NASCIMENTO COSTA**

**ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA  
AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE  
SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS - PB.**

**Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública.**

**Orientadora: Professora Dra. Adriana de Fátima Meira Vital.**

**SUMÉ - PB  
2018**

C837e Costa, Joselene Araújo do Nascimento.

Estratégias de produção e comercialização da agricultura familiar no município de São José dos Cordeiros - PB. / Joselene Araújo do Nascimento Costa. - Sumé - PB: [s.n], 2018.

38 f.

Orientadora: Professora Dra. Adriana de Fátima Meira Vital.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Agricultura familiar. 2. Políticas Públicas. 3. Produtos agrícolas - São José dos Cordeiros - PB. I. Título.

CDU: 631.115.11 (045)

JOSELENE ARAUJO DO NASCIMENTO COSTA

**ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA  
FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS - PB**

Artigo apresentado ao curso de graduação em  
Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento  
Sustentável do Semiárido da Universidade  
Federal de Campina Grande para obtenção do  
título de Gestora Pública.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriana de Fátima  
Meira Vital.

**BANCA EXAMINADORA**

Adriana de Fátima Meira Vidal Nota (10,0)  
Prof. Dr<sup>a</sup>. Adriana de Fátima Meira Vidal  
UATEC/CDSA/UFCG  
Orientadora

José Ozildo dos Santos Nota (10,0)  
Prof. Me. José Ozildo dos Santos  
Examinador

José Romário Lacerda de Barros Nota (10,0)  
Prof. Me. José Romário Lacerda de Barros  
Examinador

Nota final (10,0)

Aprovada em 03 de 03 de 2018.

## GRADECIMENTOS

Grata a Deus, pelo dom da vida e pelos cuidados a mim dedicados, por me guiar, me proteger e me inspirar para que eu conseguisse ultrapassar todos os obstáculos que surgiram durante essa caminhada e conseguisse chegar a conclusão do Curso de Graduação em Tecnologia da Gestão Pública.

*In memoriam* a minha mãe Marina Araújo, que sempre me apoiou e incentivou nos estudos e que com toda certeza testemunha essa grande vitória, a qual conhecia, compartilhando dos meus sonhos.

Ao meu pai José Maria pelo apoio, aos meus irmãos Joseina e Joseildo, com quem convivi a maior parte da minha vida, e às minhas sobrinhas, Flávia, Bárbara, Fabíola e Marina.

Ao meu esposo Gilmar Oliveira pela compreensão, empenho, amor, paciência e carinho que sempre dedicou, me dando força e me encorajando nas minhas realizações.

Aos meus filhos George Araújo e Gustavo Araújo pelo amor, carinho e compreensão que me dedicaram e pelos sorrisos que tanto alegam minha vida.

A minha Orientadora Dra Adriana Meira Vital, que com carinho e atenção aceitou o convite para me orientar, tendo sido fundamental para a construção de meu TCC para concluir essa etapa na minha vida.

A todos os professores que estiveram comigo no curso de Graduação, compartilhando conhecimentos e me fazendo acreditar na Gestão Pública.

Aos meus colegas de Graduação pelos momentos de alegria e troca de conhecimentos, em especial a Thalita Ranielly e Jefferson Roberto, pelo incentivo e persistência durante nossa caminhada.

A todos meus amigos de São José dos Cordeiros-PB, que contribuíram de alguma forma na minha vida.

Aos meus colegas de trabalho pela compreensão e apoio.

Aos professores avaliadores da banca, pela dedicação na leitura desse trabalho e sugestões.

## RESUMO

A Agricultura familiar é tratada como um segmento estratégico para o desenvolvimento rural sustentável, e é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do país sendo importante fornecedora de alimentos para o mercado interno, com também pelo fato de oferecer condições de geração de emprego e renda, de preservar os recursos naturais e de oferecer produtos mais saudáveis tanto para o consumo interno como local. Neste sentido, a pesquisa teve como objetivo identificar as estratégias de produção e comercialização dos produtores da agricultura familiar. Pretende-se ainda traçar o perfil dos agricultores familiares; apresentar as dificuldades enfrentadas pelos agricultores para produzir e comercializar seus produtos; verificar as possibilidades de incentivos por parte do governo como também conhecer a realidade de uma amostra de agricultores familiares no município os quais foram contemplados com o PAIS. Trata-se de um estudo exploratório-descritivo, com abordagem qualitativa, utilizando pesquisa bibliográfica. Como técnica de pesquisa utilizou-se a entrevistas com agricultores familiares do município de São José dos Cordeiros-PB. A pesquisa foi realizada no período de 01 a 15 de fevereiro de 2018, constatou-se que os produtores evidenciaram dificuldades na produção e comercialização de seus produtos, sobre tudo sobre disponibilização de assistência técnica, recursos hídricos e formação de banco de sementes. Com relação à participação em programas, os produtores tiveram acesso aos programas de crédito e comercialização, em especial com relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, onde os mesmos não despertaram para essa política pública.

**Palavras-Chaves:** Políticas públicas. Agricultura familiar. Comercialização.

## **ABSTRACT**

Family farming is treated as a strategic segment for sustainable rural development and is responsible for ensuring a large part of the country's food security as an important supplier of food to the domestic market, as well as providing conditions for employment and income generation, to preserve natural resources and to offer healthier products for both domestic and local consumption. In this sense, the research had as objective to identify the strategies of production and commercialization of the producers of the familiar agriculture. It is also intended to outline the profile of family farmers; present the difficulties faced by farmers in producing and marketing their products; to verify the possibilities of incentives by the government as well as to know the reality of a sample of family farmers in the municipality who were contemplated with the PAIS. This is an exploratory-descriptive study, with a qualitative approach, using bibliographic research. As a research technique, interviews were conducted with family farmers in the municipality of São José dos Corduroys -PB. The survey was conducted in the period from February 1 to 15, 2018, and it was verified that the producers showed difficulties in the production and commercialization of its products, especially on the provision of technical assistance, water resources and seed bank training. With regard to participation in programs, producers had access to credit and marketing programs, especially in relation to the National School Feeding Program, where they did not awaken to this public policy.

**Keywords:** Public policies. Family agriculture. Marketing.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>07</b>
<b>2</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>08</b>
<b>2.1</b>	<b>Agricultura Familiar no Brasil.....</b>	<b>08</b>
<b>2.2</b>	<b>Agricultura familiar e desenvolvimento local.....</b>	<b>11</b>
<b>2.3</b>	<b>Políticas Públicas para a Agricultura Familiar.....</b>	<b>13</b>
2.3.1	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.....	14
2.3.2	Programa Nacional de Alimentação Escolar: Uma revolução para os agricultores familiares.....	15
2.3.3	Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	16
2.3.4	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - Projeto PAIS.....	16
2.3.5	Agricultura orgânica no Brasil.....	17
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>18</b>
<b>4.1</b>	<b>Tipo da pesquisa, instrumento e público pesquisado.....</b>	<b>18</b>
4.1.1	Caracterização da área de estudo.....	18
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>20</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>32</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>33</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>37</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura é um setor essencial para o desenvolvimento humano, tendo nos recursos ambientais solo e água, os propulsores da produção agropecuária.

O início da agricultura pertence a um passado muito distante do qual provavelmente jamais teremos uma ideia exata, todavia, estima-se que as primeiras lavouras tenham sido intencionalmente semeadas ao redor de dez mil anos atrás. Ao longo do tempo as civilizações desenvolveram a capacidade agrícola, que possibilitou o estabelecimento de sistemas sociais e culturais complexos, que, ao longo das eras trouxe a exploração da Natureza e, em que pese a necessidade, alguns sérios problemas ao ambiente natural e ao ser humano.

Nesse cenário, o desafio da atualidade consiste em recuperar padrões e aprimorá-los à luz do conhecimento hoje disponível, cabendo, de certa forma, aos agricultores familiares a missão de resguardar e aprimorar padrões ecologicamente superiores.

O conceito de agricultura familiar está ligado ao cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, que se utilizam de mão-de-obra proveniente, essencialmente, do núcleo familiar (ABRAMOVAY, 1997, p.17-27).

A agricultura familiar é responsável pela maior parte dos alimentos consumidos no mercado brasileiro, e representa grande importância na produção de alimentos no Brasil, entretanto ainda enfrenta desafios para comercialização e organização de sua produção (VEIGA, 1996, p.383).

Voltando-se o olhar para o campo percebe-se a necessidade de incentivo para a agricultura familiar, como alternativa para o desenvolvimento e geração de renda, pois apesar de cultivar uma área menor com lavouras e pastagens (17,7 e 36,4 milhões de hectares, respectivamente), a agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do País, como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno, com cerca de 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café e 34% do arroz (IBGE,2006).

Assim, é possível observar que a agricultura familiar desempenha um papel muito importante na economia brasileira, porém, poucos investimentos são aplicados nesse setor, principalmente no auxílio ao escoamento de sua produção.

Nos últimos anos, a agricultura familiar tem alcançado um significativo fortalecimento no município de São José dos Cordeiros –PB, e, essa situação tem contribuído para aquecer a economia local, além de proporcionar uma significativa contribuição na

melhoria da qualidade de vida das famílias que vem desenvolvendo essa modalidade de agricultura.

Nesse contexto e buscando entender os caminhos da construção do desenvolvimento local, o presente estudo procurou conhecer a realidade da agricultura familiar do município de São José dos Cordeiros, a existência e aplicabilidade de políticas públicas do setor como medidas que contribuem para o desenvolvimento local.

A proposta foi observar, pela ótica dos agricultores familiares, as principais dificuldades enfrentadas por estes atores sociais quanto a produção e inserção de seus produtos no mercado local, buscando caracterizar e analisar a influência que as políticas públicas aplicadas no setor exercem na qualidade de vida e desenvolvimento econômico dos mesmos. Acredita-se, assim, que a importância que se deve dar a agricultura familiar e àqueles que a sustentam, justifica por demais a escolha do tema objeto do presente trabalho.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 Agricultura Familiar no Brasil**

A Agricultura familiar no Brasil é um importante segmento que promove o desenvolvimento local-regional, sendo extremamente diversificada e que inclui famílias que exploram suas terras em situação de extrema pobreza, aos pequenos produtores inseridos no moderno agronegócio.

Definir agricultura familiar não é tarefa fácil, mas importa considerar que este segmento está vinculado ao número de empregados e ao tamanho da propriedade.

Os critérios utilizados pelos estudos da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) e do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) se constituíram como importantes referenciais para a definição operacional do que seria chamado de agricultura familiar no Brasil.

Segundo Guanzioli et al (2001,p.74), são considerados agricultores familiares os estabelecimentos que atendiam simultaneamente às seguintes condições: a) a direção dos trabalhos do estabelecimento era exercida pelo produtor; b) o trabalho familiar era superior ao

trabalho contratado. Como critério adicional foi estabelecido um limite de 15 módulos fiscais<sup>1</sup> para os estabelecimentos ser considerado familiares.

Segundo Schneider (2003) as principais características dos agricultores familiares são o menor uso de insumos externos à propriedade e o fato da produção agrícola estar direcionada às necessidades do grupo familiar.

Além disso, diversas outras características estão associadas a esse tipo de agricultor: o uso de energia solar e da força muscular animal e humana; a pequena dimensão da propriedade; a grande autossuficiência; a força de trabalho familiar ou comunitária; a alta diversidade ecogeográfica, biológica, genética e produtiva, e a predominância dos valores de uso que se baseiam no intercâmbio ecológico com a natureza e o conhecimento holístico, empírico e flexível (CANUTO, 2003).

Os agricultores familiares se diferenciam não apenas em relação à disponibilidade de recursos e à capacidade de geração de renda e riqueza, mas também em relação das potencialidades e restrições associadas tanto à disponibilidade de recursos, capacitação e aprendizado adquirido. Entretanto, o que se deve levar em consideração, é que esse segmento se reproduz de maneiras muito diversas, e se faz necessário uma análise específica em cada espaço, situação em tempo, devido à diversidade de estratégias que o agricultor encontra para permanecer no campo.

Embora o censo de 2018 não tenha sido atualizado o Censo Agropecuário (IBGE, 2006), informa que existem no Brasil 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Este numeroso contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes números mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no País: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada.

O desafio fundamental para a pequena propriedade, conforme apontado por Wilkinson (1999), é a busca de estratégias visando à agro-industrialização autônoma, à agregação de valor e à inserção dinâmica nos mercados. Para o autor, estes desafios impostos pela nova conjuntura exigem dos acadêmicos a exploração de novas áreas de conhecimento, como a

---

<sup>1</sup> Unidade de medida de área (expressa em hectares) fixada diferentemente para cada município, que leva em conta as particularidades locais como: o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); a renda obtida com esta exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; e o conceito de propriedade familiar. O tamanho do módulo fiscal para cada município está fixado através de Instruções Especiais expedidas pelo INCRA

natureza dos mercados, formas eficientes de organização e gestão de empreendimentos.

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2000), aproximadamente 60% dos produtos ofertados na Cesta alimentar básica, são produzidos por trabalhadores desse segmento, sendo a composição da agricultura familiar formada de pequenos e médios produtores rurais, geralmente com baixo nível de escolaridade.

Em seus estudos Piccoloto (2011) aponta que desde a década de 1990, vem ocorrendo um processo de reconhecimento e de criação de instituições de apoio a este modelo de agricultura, a exemplo das políticas públicas específicas de estímulo aos agricultores familiares como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF, 1995) e a Lei da Agricultura Familiar que reconheceu oficialmente a agricultura familiar como profissão no mundo do trabalho (BRASIL, 2006).

De acordo com Toscano (2005 p.45), o surgimento dos mercados institucionais, tem impulsionado este setor pois

[...] a agricultura familiar é responsável por cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira, e quase 40% do valor bruto da produção agropecuária nacional, além de apresentar-se como o segmento que mais cresceu durante a década de 1990, aproximadamente 3,8% ao ano num período que os preços caíram 4,7% ao ano.

Nesse contexto, a agricultura familiar vem ganhando espaço porém se faz necessário uma melhor aceitação dos produtos no mercado local, com isso se dinamiza a economia gerando renda para toda a comunidade.

A importância desse segmento está associado a importância na absorção de emprego e na produção de alimentos, especialmente voltada para o autoconsumo, ou seja, focaliza-se mais as funções de caráter social do que as econômicas, tendo em vista menor produtividade e baixa incorporação tecnológica (MENDONÇA, 2000).

A Agricultura familiar no semiárido é caracterizada pela forma de produção em uma área limitada de terras e a escassez de recursos fundamentais para a agricultura e pecuária, o que faz com que o produtor busque alternativas para a maximização do espaço existente na sua propriedade e sistemas de produção capazes de responder a necessidade da família.

## 2.2 Agricultura Familiar e desenvolvimento local

A agricultura familiar e sua importância na construção do desenvolvimento local tem sido alvo de estudos e debates políticos-sociais nos últimos anos, não somente no Brasil, mas em diversos países do mundo.

Desempenhada por pequenos proprietários rurais, o processo de produção é realizado por meio de mão de obra basicamente do núcleo familiar. Esse tipo de produção em família em diversas regiões brasileiras é a principal atividade econômica, sendo muito importante seu potencial na geração de emprego e renda no campo (SARTIN, 2012).

Em 24 de Julho de 2006, foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, a Lei de nº 11.326 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, onde em seu Artigo 3º é considerado como Agricultor Familiar e Empreendedor Familiar Rural, a pessoa que pratica atividades no meio rural, de acordo com alguns requisitos, tais como: não detenha 12 área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais 4 ; utilize somente a mão-de-obra da própria família em suas atividades econômicas; o percentual de renda familiar seja de origem da atividade econômica do seu próprio estabelecimento; e dirija o seu estabelecimento com sua própria família (BRASIL, 2006).

Os autores Chaves e Campos (2012), consideram a agricultura familiar como importante aliada na implementação do desenvolvimento rural sustentável, como segmento produtivo e social, pelo fato de ser um elemento essencial, tanto para seu consumo interno e a segurança alimentar da população, quanto para a ocupação e geração de trabalho no meio rural, fazendo com que as famílias não deixem suas propriedades rurais para morarem nas cidades.

De acordo com Siqueira e Siffert Filho (2001), desenvolvimento regional pode ser entendido como uma política para melhorar as condições sociais da população e reduzir as diferenças entre as regiões, que a partir da avaliação do capital fixo, relacionado às empresas e à infraestrutura física e social, disponível em determinada região, pelo nível educacional da população, e pelos índices sociais e de renda.

Kageyama (2004) argumenta que o desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e serviços, associados a novos mercados e procura formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas. Tenta reconstruir a agricultura não apenas no nível de estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo.

Nesse contexto, Abramovay (1992) diz que a agricultura familiar representa uma nova categoria gerada nas transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas. Sendo contrário ao pensamento de Wanderley (2004,p.61) que assegura que agricultura familiar é um conceito em revolução, com significativas raízes históricas.

Por outro lado, a agricultura familiar ainda é uma forma preponderante de produção agrícola em várias áreas do país e também é condição fundamental para que haja uma sobrevivência para a economia de grande maioria dos municípios brasileiros, assegura Santos (2009, Porto Alegre. Anais).

O segmento se apresenta como alternativa modeladora de um desenvolvimento menos excludente e ambientalmente mais equilibrado. No debate sobre o desenvolvimento local, as especificidades produtivas e geradoras de renda e ocupação, expressivas na agricultura familiar, têm importância econômica e social e são motivadoras de políticas públicas.

Além disso, a agricultura familiar, além da diversificação da produção, ao contrário da agricultura convencional, busca equilibrar o uso dos recursos naturais atuando ativamente no processo de transição para uma agricultura sustentável (TOMASETTO *et al.*, 2009). Para Veiga (1996), além da diversificação da produção, a vantagem da agricultura familiar é ter um perfil essencialmente distributivo e sustentável, além do fortalecimento dos agricultores.

A partir da Lei da Agricultura Familiar, de n ° 11.326/2006, foi realizado o Censo Agropecuário 2006 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que teve por objetivo retratar a realidade do Brasil Agrário e apontar os caminhos para a devida compreensão da importância da Agricultura Familiar brasileira, com suas limitações e diferenças (IBGE,Rio de Janeiro, 2009).

**Tabela 1** - Percentual do Valor Bruto da Produção de Produtos Seleccionados Produzidos nos Estabelecimentos Familiares.

<b>Produto</b>	<b>Participação VBP Total %</b>
Fumo	97
Mandioca	84
Feijão	67
Suínos	58
Pecuária leiteira	52
Milho	49
Aves/Ovos	40

Soja	32
Arroz	31
Café	25
Pecuária de corte	24

**Fonte:** (Brasil 2000)

\*VBP. Valor Bruto da Produção Agropecuária

A abordagem do desenvolvimento local sustentável enfatiza a dimensão territorial do desenvolvimento considerando as pessoas e as instituições – envolvidas em certos segmentos de reprodução social – como atores sociais. Propõe que o desenvolvimento atue no espaço rural, delimitado por um território. Considera que as comunidades devem explorar características e potencialidades próprias, na busca de especialização de atividades que lhes tragam vantagens comparativas de natureza econômica, social, política e tecnológica, aumentando a renda e as formas de riqueza, respeitando a preservação dos recursos naturais renováveis.

### **2.3 Políticas Públicas para a Agricultura Familiar**

O agricultor familiar é aquele sujeito social que tem na agricultura sua principal fonte de renda e geração de emprego, tem como participantes na força do trabalho os membros da família que, por sua vez, podem contratar, em caráter temporário, outros trabalhadores. Entendemos como unidade produtiva camponesa de base familiar como aquela em que a família não só detém os meios de produção, mas está diretamente envolvida na organização e execução do trabalho (WANDERLEY, 2004, 42-61).

A agricultura familiar deve ser analisada como sendo um setor que contribui para a preservação ambiental e com a própria dinâmica do espaço rural. Para Carmo (1998) a produção agrícola familiar apresenta característica que se mostram condscendentes ao desenvolvimento da agricultura sustentável, em função de sua tendência a diversificação, a integração de atividades vegetais e animais, além de trabalhar em menores escalas.

A agricultura familiar cria oportunidades de trabalho local, reduz o êxodo rural, diversifica os sistemas de produção, possibilita uma atividade econômica em maior harmonia com o meio ambiente e contribui para o desenvolvimento de municípios de pequeno e médio porte.

As políticas públicas que visam o fortalecimento da agricultura familiar se justificam pelo peso do setor no meio rural, uma vez que 85% do total das propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares, envolvendo um universo de 13,8 milhões de pessoas que são responsáveis pela produção de uma parcela significativa dos alimentos consumidos pela população brasileira.

A partir dos anos 1990, a agricultura familiar no Brasil passou a ter reconhecimento enquanto categoria social e produtiva, através da formulação de políticas públicas a seu favor.

De forma geral pode-se dizer que até então não existia nenhum tipo de política pública de abrangência nacional, para a agricultura familiar. A implementação e desenvolvimentos de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar constitui-se em importante estratégias para este segmento no meio rural brasileiro.

A constatação e o reconhecimento da existência de um setor da economia em que predominava o trabalho familiar, que associava trabalho, família e produção, passaram a exigir ações por parte do estado, especialmente em formulação programas e políticas públicas.

Desde a década 1960, fundos e programas financeiros públicos foram constituídos para financiamento da agricultura, cujas fontes eram provenientes de instituições financeiras nacionais e internacionais, públicas, multilaterais e privadas: em 1994, em função disso foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), dois anos depois foi criado o mais importante programa de política pública para a agricultura familiar: o PRONAF.

### 2.3.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um exemplo de política descentralizadora, a mesma nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década 1980 (SCHNEIDER, 2006).

O PRONAF instituído oficialmente em 28 de junho de 1996, pelo Decreto Lei nº 1.946, tem como objetivo combater as desigualdades sócio-econômicas e elevar a qualidade de vida dos agricultores familiares em diferentes regiões do país. <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/D1946.htm>. Acesso em: 18 de fev.2018.

Surgiu visando construir um conjunto de medidas integradas que proporcionassem melhores condições para o desenvolvimento dos pequenos municípios do país, sobretudo para



aqueles que dependem da agricultura para geração de renda e oportunidades de emprego. Sendo este um programa estratégico do governo federal, o PRONAF tenta qualificar as intervenções oficiais inovando em termo de política pública, pois agora os pequenos agricultores não precisam disputar as fontes de recursos com os grandes proprietários.

O PRONAF contribui para a diminuição do êxodo rural, melhorar a distribuição de renda, desenvolvimento das cadeias produtivas agropecuárias, geração de emprego e potencialização da economia local.

Após a criação do PRONAF foram criados outros programas importantes voltados para o fortalecimento da agricultura familiar a exemplo da PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) que se dá por meio da utilização de compras governamentais como mecanismo de estímulo e de garantia de melhores preços para produtos oriundos da agricultura familiar, e do PNAE (Programa Nacional de Alimentação escolar) alterada pela Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, no qual criou um elo institucional entre alimentação escolar e agricultura familiar local ou regional.

### 2.3.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma revolução para os agricultores familiares

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma das iniciativas do Governo Federal mais bem vistas pelos agricultores e agricultoras familiares do país. Vários estudos apontam para diversos avanços no meio rural em função desta iniciativa, mas nem por isso os atores sociais envolvidos deixam de apresentar críticas visando seu aprimoramento.

A lei Nº 11.947, sancionada em junho, determinando que no mínimo 30% da merenda escolar sejam compradas diretamente de agricultores familiares, sem licitação. Os recursos são do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), repassados ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que por sua vez abrange todas as escolas públicas e filantrópicas do país, da educação infantil ao ensino de jovens e adultos. Antes da Lei Nº 11.947, o PNAE atingia apenas a educação infantil e o ensino fundamental. Com a lei algumas conquistas foram atingidas, como o reconhecimento da alimentação como um direito humano e a obrigatoriedade de que no mínimo 30% dos recursos sejam destinados à compra de alimentos da agricultura familiar através de chamadas públicas de compra, com dispensa de licitação. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos para contribuir na

aprendizagem e rendimento, bem como promover hábitos alimentares saudáveis.

### 2.3.3 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Instituído como programa social, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem se firmado como importante instrumento de apoio à comercialização da produção agropecuária dos agricultores familiares no país. Esse programa tem gerado renda, incentivado e apoiado os agricultores a produzirem gêneros alimentícios de acordo com os hábitos alimentares locais e regionais, por meio do estabelecimento de preços superiores aos praticados no mercado e estimulado as formas coletivas de organização.

Uma característica marcante desse programa é sua flexibilidade, adaptando-se às especificidades regionais, por isso encontra-se em constante (re) formulação desde sua implantação no Plano Safra de 2003/2004. O PAA tem sido aprimorado no seu arcabouço jurídico-institucional, no modo de operação e nas suas modalidades, parcerias e fontes de recursos envolvidas (PORTO, 2009).

### 2.3.4 Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - Projeto PAIS

A produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) é uma tecnologia social que apresenta uma nova alternativa de trabalho e renda para a agricultura familiar. Podendo ser utilizada por qualquer produtor rural que almeja melhorar a qualidade de produção para o consumo e comercialização. O PAIS é uma unidade produtiva que está integrada ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Fundação Banco do Brasil (FBB), que fornece a população de baixa renda uma nova fonte de renda de uma forma integrada e sustentável.

O sistema PAIS, idealizado pelo Engenheiro Agrônomo Sr. Aly N'diaye, começou a ser utilizado em 1999, na região serrana de Petrópolis (RJ), por uma família de pequenos produtores. Em 2005, passou a ser reaplicado como tecnologia social por meio de parceria entre o SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas, a Fundação Banco do Brasil e Ministérios.

No Brasil, onde a desigualdade social existe em todas as regiões, diversas políticas públicas vêm sendo desenvolvidas com o objetivo de se alterar essa realidade. Embora se saiba que ainda há muito a fazer, há uma concordância por parte dos formuladores de que

pensar uma política que resolva definitivamente a questão da fome e da pobreza significa partir de ideias e princípios que respeitem a vida, o meio ambiente, os hábitos e costumes da população, e principalmente que garantam a sustentabilidade das comunidades de baixa renda.

Atualmente a Tecnologia Social PAIS é realidade em todas as regiões brasileiras, tendo superado no último ano a marca das dez mil unidades implantadas em 23 estados brasileiros, sendo disseminada por inúmeras empresas e entidades, com e sem a presença do SEBRAE, que se destaca como participante e fomentador desta ação em aproximadamente 70% das unidades (PAIS, 2012, p. 8).

O Sistema PAIS evoluiu e hoje é composto por um galinheiro central e vários canteiros de horta em forma circular, piquetes para pastejo rotacionado das aves, quintal orgânico com plantas (frutíferas, nativas e ornamentais) e conta também com um viveiro de mudas, conduzidos de acordo com os princípios da agricultura orgânica, além de capacitações e acompanhamento técnico do projeto. Muitos e diversificados são os casos existentes por esse Brasil.

### 2.3.5 Agricultura orgânica no Brasil

No Brasil, ainda na década de 70, a produção orgânica estava diretamente relacionada com movimentos filosóficos que buscavam o retorno do contato com a terra como forma alternativa de vida em contraposição aos preceitos consumistas da sociedade moderna. A recusa de uso do pacote tecnológico da chamada agricultura moderna, intensivo em insumos sintéticos e agroquímicos e vigorosa movimentação de solo, acrescenta a vertente ecológica ao movimento.

A legislação de orgânicos no Brasil é recente. O passo inicial foi a Instrução Normativa nº 007, de 17 de Maio de 1993 que “estabelecia as normas de produção, tipificação, processamento, ênfase, distribuição, identificação e certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal”. A lei que dispõe sobre agricultura orgânica no Brasil é a Lei nº 10.831, de 23 de Dezembro de 2003, foi regulamentada no final de 2007 e conhecida como Lei de Orgânicos, definida pelo decreto 6.023 de 27/12/2007.

De acordo com o Art 2o, item XVII do Decreto 6.323 de 27/12/2007 o sistema orgânico de produção agropecuária é:

[...] todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e

ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003).

## **4 METODOLOGIA**

### **4.1 Tipo da pesquisa, instrumento e público pesquisado**

Trata-se de um estudo de caso com abordagem qualitativa. A análise qualitativa se caracteriza por ser um processo indutivo que tem como foco a fidelidade ao universo de vida cotidiano dos sujeitos. Segundo André (1983) ela visa apreender caráter multidimensional dos fenômenos e sua manifestação natural, bem como captar dos diferentes significados de uma experiência vivida, auxiliando a compreensão do indivíduo no seu contexto.

Como instrumento para coleta dos dados foi promovida uma pesquisa de campo, oportunidade que foram entrevistados uma amostra de agricultores familiares que comercializam seus produtos no município de São José dos Cordeiros.

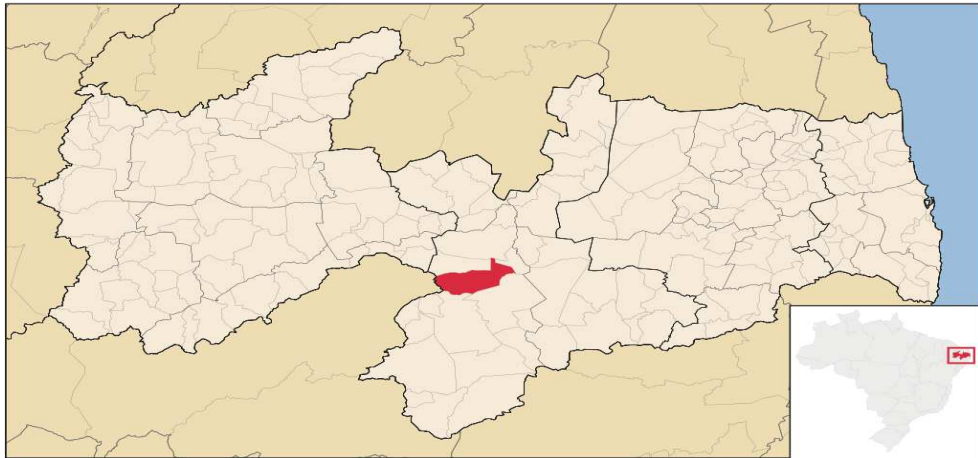
A entrevista foi direcionada a um público de nove agricultores familiares em cujas propriedades foram beneficiadas pelo projeto PAIS, moradores das comunidades rurais Perico, Retiro, Ajapau, Agreste, Timbauba e Canaã localizadas no município de São José dos Cordeiros-PB.

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário previamente elaborado, com dezoito perguntas, sendo 15 questões fechadas e 03 abertas, com identificação do entrevistado, dados da propriedade, assistência técnica, participação em programas, dentre outros temas.

#### **4.1.1 Caracterização da Área de Estudo**

A pesquisa foi conduzida em comunidades de São José dos Cordeiros, município brasileiro situado na porção central do estado da Paraíba, mesorregião da Borborema e microrregião do Cariri Ocidental. A população atua é de 3.985 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 417,744 km<sup>2</sup> com uma densidade demográfica de 9,54 hab./km<sup>2</sup>. (IBGE 2015).

**Figura 01** - Espacialidade do município de São José dos Cordeiros – PB



Fonte IBGE

A sede do município está localizada sob as coordenadas geográficas  $07^{\circ} 23' 27''$  S  $36^{\circ} 48' 28''$  O a uma altitude de 545m (IBGE,Rio de Janeiro, 2014)

**Figura 02-** Município de São José dos Cordeiros – PB.



Fonte: Arquivo pessoal

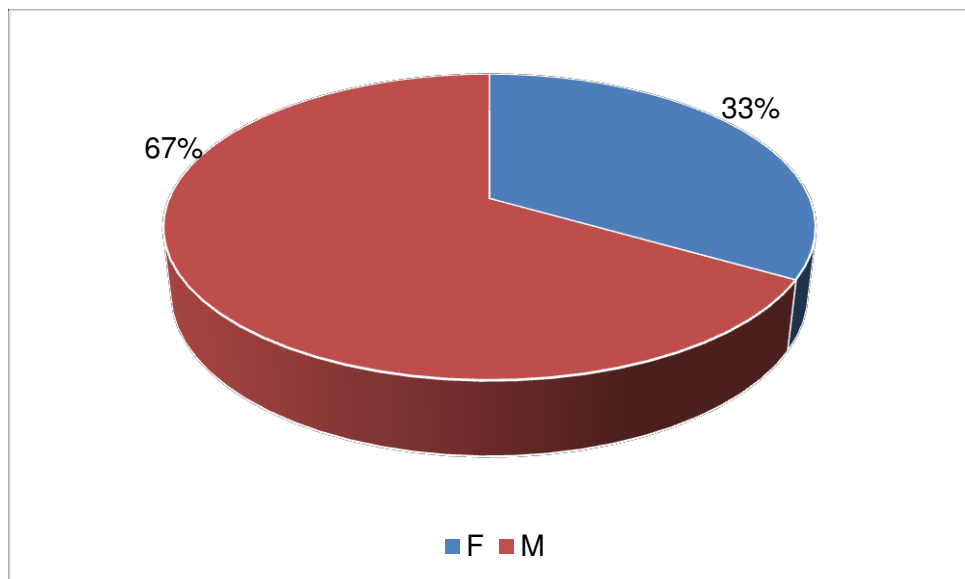
O clima é do tipo Bsh - semiárido quente com chuvas de verão, com 11 meses secos, com média anual de pluviometria de 554,5mm, concentrando-se em 03 meses. A temperatura média anual situa - se próximo a 24°C (CPRM, 2005; IBGE, Rio de Janeiro 2014). A vegetação é do tipo caatinga e os solos predominantes são os LUVISSOLOS, PLANOSSOLOS e NEOSSOLOS, que segundo o Sistema Brasileiro de Classificação Solos da EMBRAPA (2013), são solos jovens, com pouca profundidade, com fertilidade química de média a alta, mas com expressiva necessidade de adoção de sistemas de manejo conservacionista.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados coletados, foram tabulados os dados e as respostas para as questões seguem nos gráficos a baixo.

Quanto ao gênero, a maioria é formado por pessoas do sexo masculino (Gráfico 1).

**Gráfico 1** - Distribuição percentual por gênero dos entrevistados.



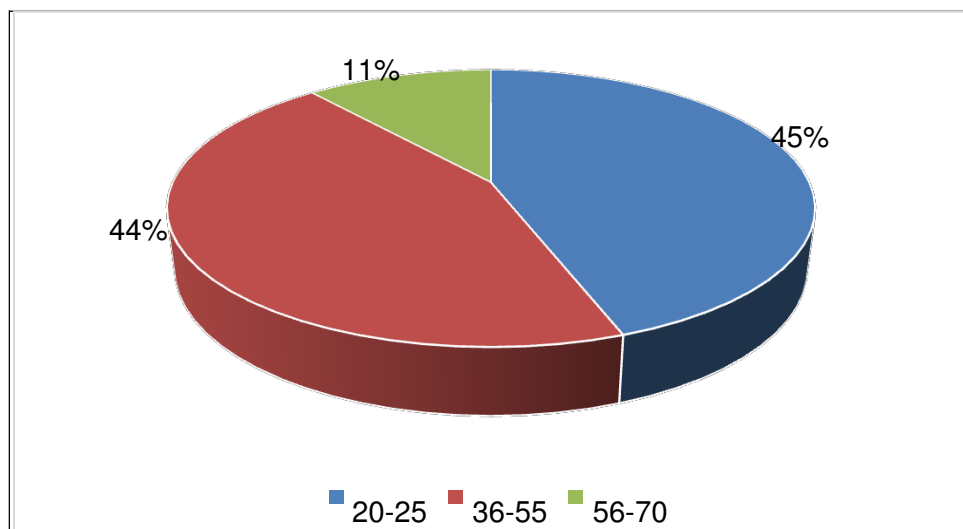
**Fonte:** Construídos com dados da pesquisa

Observa-se a predominância do gênero masculino, que, segundo o DIEESE, NEAD, MDA (2011) representam 62,1% das pessoas economicamente ativas e 25,2% dos homens ocupados na agropecuária sem rendimento. Já as mulheres correspondem 66,4 % das pessoas economicamente inativas. E dentre as mulheres ocupadas na

agropecuária, salienta-se que 77,9% estão na faixa de sem rendimento.

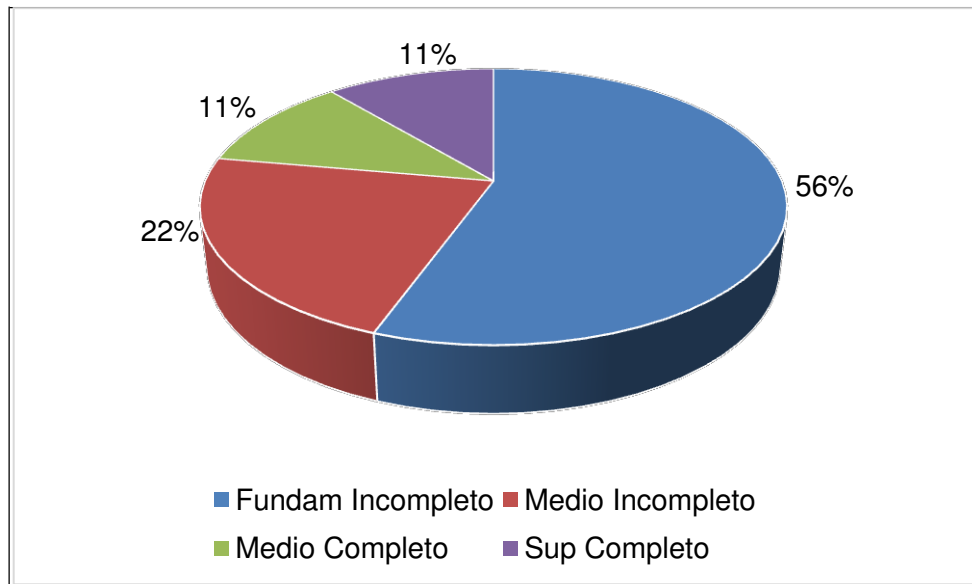
Essa situação de desigualdade gerada pela divisão sexual do trabalho, também é comum nas regiões semiáridas brasileiras e podem ser percebidas quando se analisa a distribuição das pessoas ocupadas na agropecuária por faixa de rendimento e pessoas que trabalham para o autoconsumo no meio rural: mulheres 46,7% e homens 14% (DIEESE, NEAD, MDA, 2011; TITO, 2012).

**Gráfico 2** - Distribuição percentual por faixa etária dos entrevistados.



**Fonte:** Construídos com dados da pesquisa

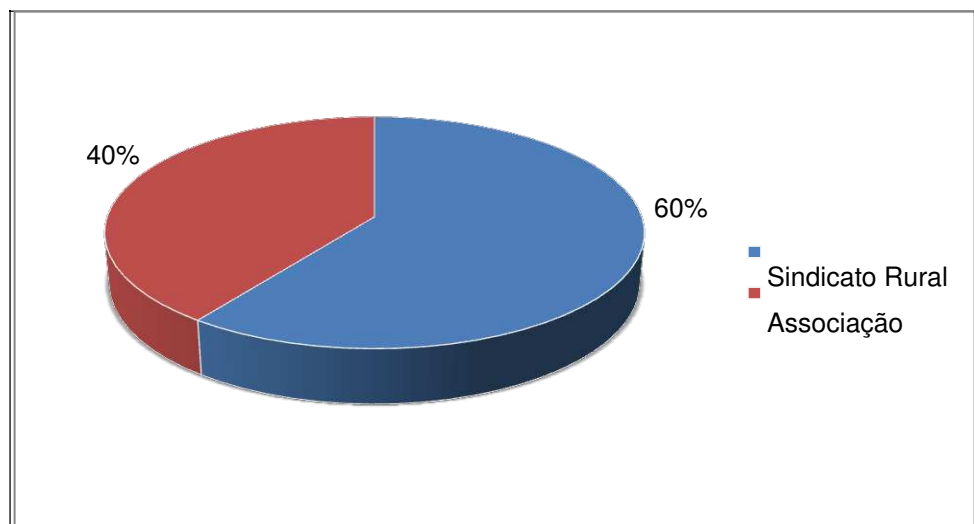
Na análise estatística, a moda situa os agricultores familiares na faixa etária 20-25 anos totalizam 45% dos entrevistados, 44% compreendem a faixa etária de 36-55 e apenas 11% entre 56-70. Ou seja, essas três faixas etárias perfazem a amostra dos agricultores entrevistados.

**Gráfico 3 - Grau de escolaridade dos entrevistados**

**Fonte:** Construídos com dados da pesquisa.

A figura mostra segundo a pesquisa realizada o registro do nível de escolaridade dos agricultores entrevistados, 56 % tem o ensino fundamental incompleto, 22% possuem o ensino médio incompleto, observou-se também que 11% possuem o ensino médio completo e apenas 11% dos entrevistados tem o ensino superior completo.

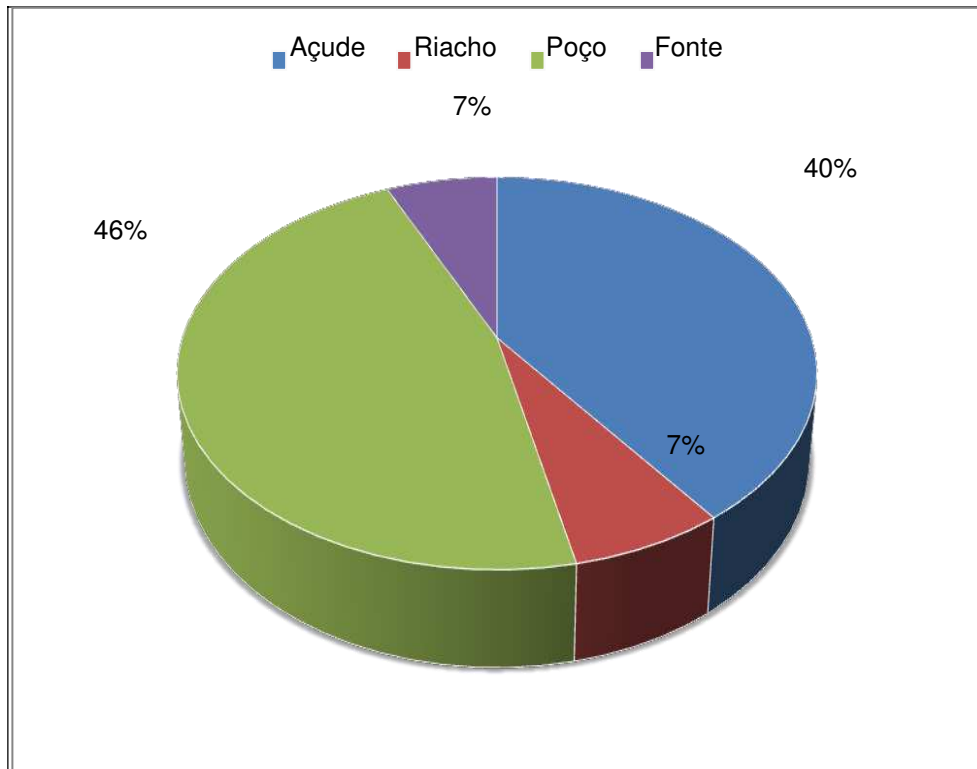
Os registros do último Censo Agropecuário de 2006 revelam que no Brasil do total de Agricultores, 82,0% possuem nível de instrução igual ou inferior ao ensino fundamental incompleto. Na região Nordeste esse percentual é ainda maior, cerca de 89,2%. O percentual de analfabetos e analfabetos funcionais da Região foi de 58,9%.

**Gráfico 4 - Participação dos entrevistados em organização associativa**

**Fonte:** Construídos com dados da pesquisa

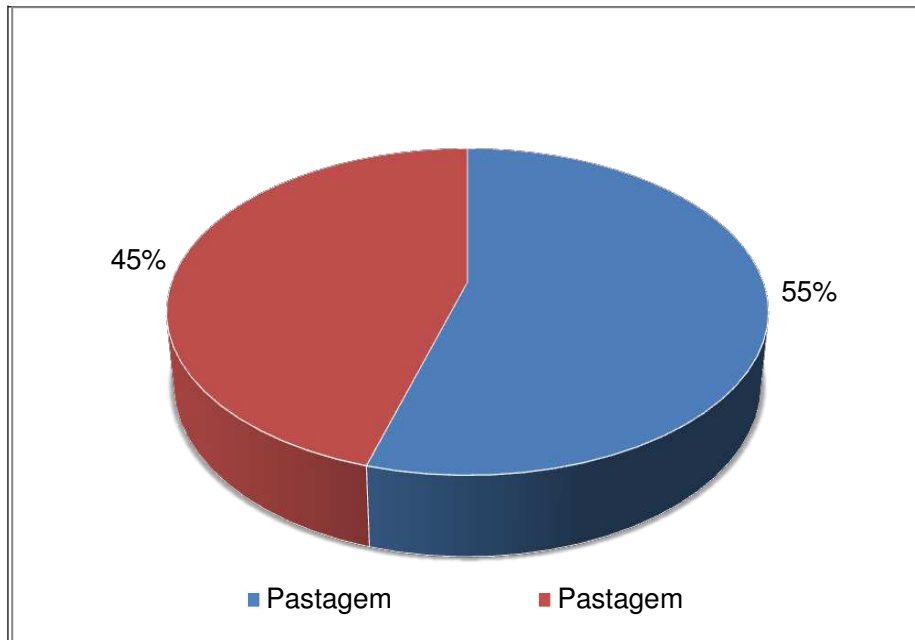


**Gráfico 5** - Entendimentos dos produtores quanto ao Suporte Forrageiro.



**Fonte:** Construídos com dados da pesquisa.

Verificou-se que na amostra dos agricultores entrevistados, 40 % participam de associações rurais e 60 % possuem vínculos com o sindicato dos trabalhadores rurais. A associação não interfere, nem tem influência sobre as formas de comercialização adotadas pelos agricultores. Cada agricultor se responsabiliza individualmente pelo escoamento da sua produção. Essa situação acaba impactando de forma negativa no desempenho de suas atividades, pois na condição de agricultores familiares trabalhando de forma isolada torna-se mais difícil barganhar melhores condições de preços.

**Gráfico 6** - Visão dos entrevistados quanto ao Recursos Hídricos

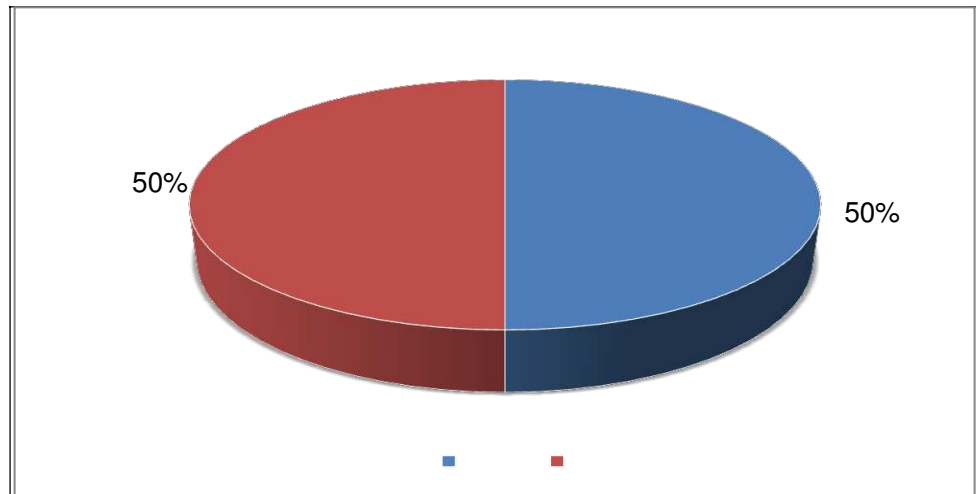
**Fonte:** Construídos com dados da pesquisa.

No que se refere a pastagem a pastagem nativa se sobrepõe com 55% sendo que essas áreas é de fundamental importância para a produção animal, enquanto a pastagem plantada forma 45%, vale salientar que as pastagens pode ser bastante variável em função de solo, clima e estação do ano.

De acordo com os entrevistados 40% das propriedades possuem açude subsidiando assim as necessidades hídricas, 46% contam com poços e 7% por cento com riachos e fontes. Uma das maiores dificuldades dos produtores é justamente no que diz respeito a água pelo motivo das respectivas propriedades estarem localizadas no polígono das secas.

A região está vulnerável a períodos cíclicos de seca, sendo a escassez da água um fator limitante da produção durante quase todos os meses do ano e, conseqüentemente da renda, o que agrava ainda mais a situação dos agricultores familiares nordestinos.

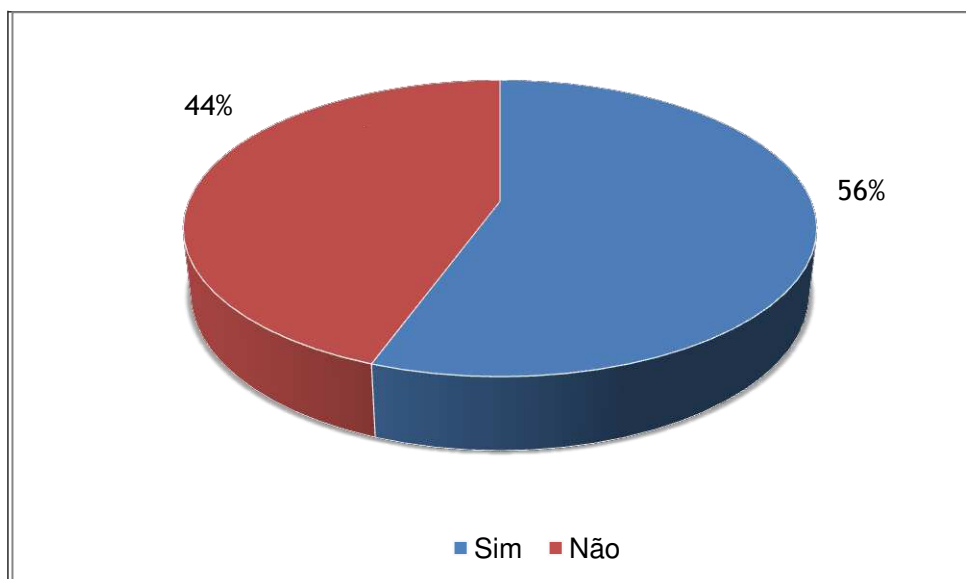
**Gráfico 7** - Percepção dos agricultores sobre as principais culturas cultivadas pelos entrevistados



**Fonte:** Construídos com dados da pesquisa

Quando questionados sobre as principais culturas cultivadas pelos agricultores, observou-se que os agricultores tem uma visão limitada sobre o tema, o milho e o feijão aparecem com as culturas predominantes nas propriedades, ambas aparecem com 50% cada. Observa-se a importância destas duas culturas, seja a importância econômica do milho que é caracterizada pelas diversas formas de sua utilização, que vai desde a alimentação animal até a indústria de alta tecnologia. Por outro lado a produção de feijão destina-se ao consumo do núcleo familiar. Por sua vez também são culturas caracterizadas como lavouras de baixo consumo de insumos e cultivadas em condições desfavoráveis.

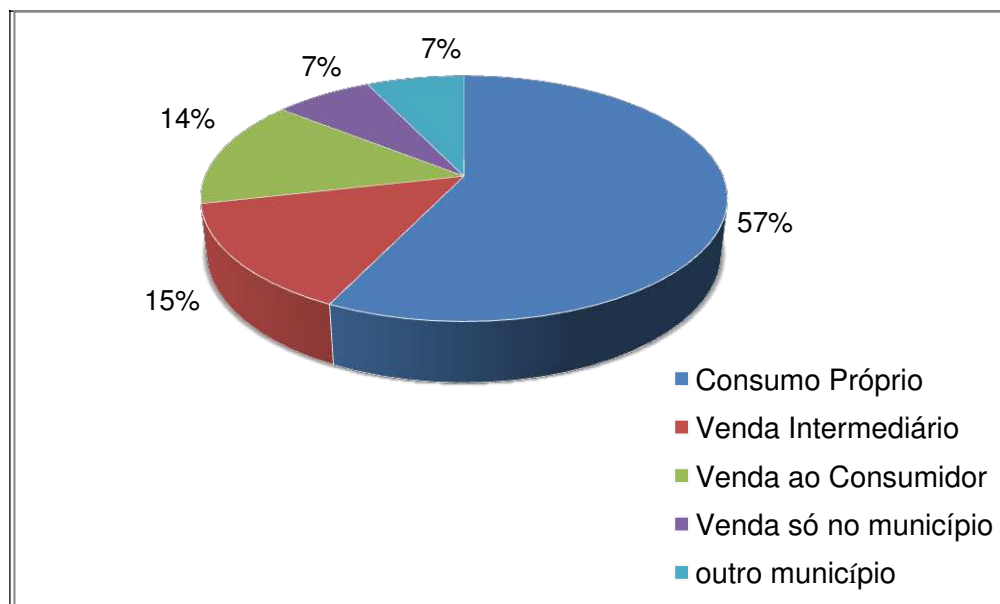
**Gráfico 8** - Entendimento dos agricultores sobre o Banco de Sementes



**Fonte:** Construídos com dados da pesquisa

Os resultados apresentados no gráfico 8 apresenta que 56% da amostra entrevistada possuem banco de sementes e 44 % dos produtores não contam com o mesmo. Foi possível também perceber com esta análise a preocupação dos produtores na seleção dos melhores tipos de sementes em uma safra, para armazená-las fazendo assim um próprio banco de sementes em suas propriedades.

**Gráfico 9** - Visão dos entrevistados sobre o Modo de Comercialização da produção agrícola dos entrevistados



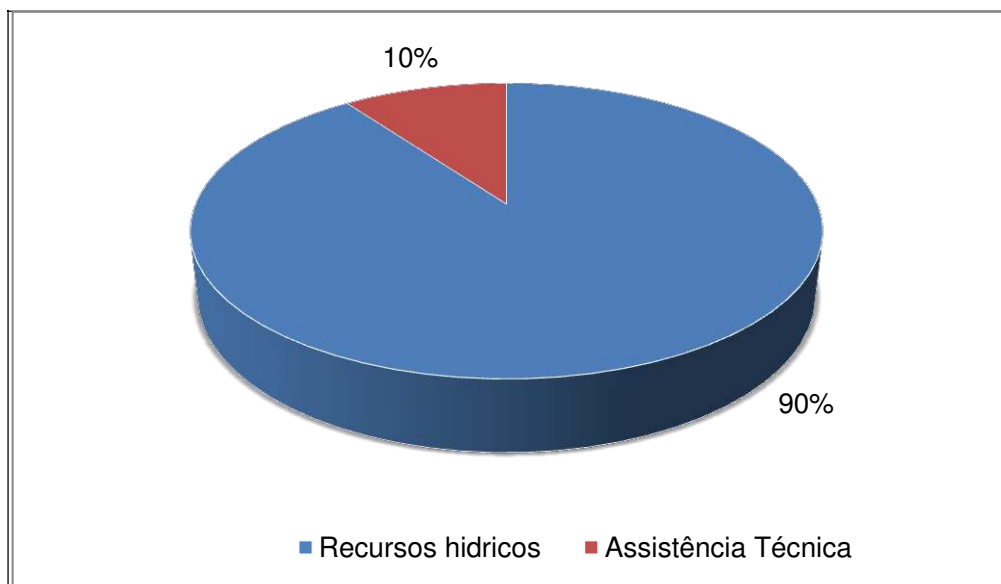
**Fonte:** Construídos com dados da pesquisa

Em relação ao modo de comercialização observa-se que 57% da produção é para consumo próprio, sendo classificada com agricultura de subsistência a qual consiste na produção para consumo próprio da família, a venda a intermediário corresponde a 15%, 14% vendem seus produtos diretamente ao consumidor final, 7% vendem só no município e 7% vende a outro estado, quando questionados em conversa informal sobre a renda advinda da produção agrícola todos disseram que a renda é mínima, sendo necessário complementar a renda com auxílios governamentais a exemplo do bolsa família, todos os produtores afirmaram que nos últimos seis anos houve um agravamento sobre essa situação, no que diz respeito ao baixo potencial de chuvas e sua má distribuição ao longo do ano, cabe ressaltar que a região estudada esta localizada no polígonos das secas onde há grande de falta de chuvas, o que ocasiona o

comprometimento da atividade agrícola, sendo apontado como o maior obstáculo para a atividade.

Censo Agropecuário 2006 registra que quase 1/3 dos agricultores familiares declararam não ter obtido receita do seu estabelecimento naquele ano. Muitos fatores podem ser atribuídos a este fato, sobretudo, quando se analisa a região Nordeste.

**Gráfico 10** - Entendimento dos entrevistados sobre as dificuldades enfrentadas pelos produtores.



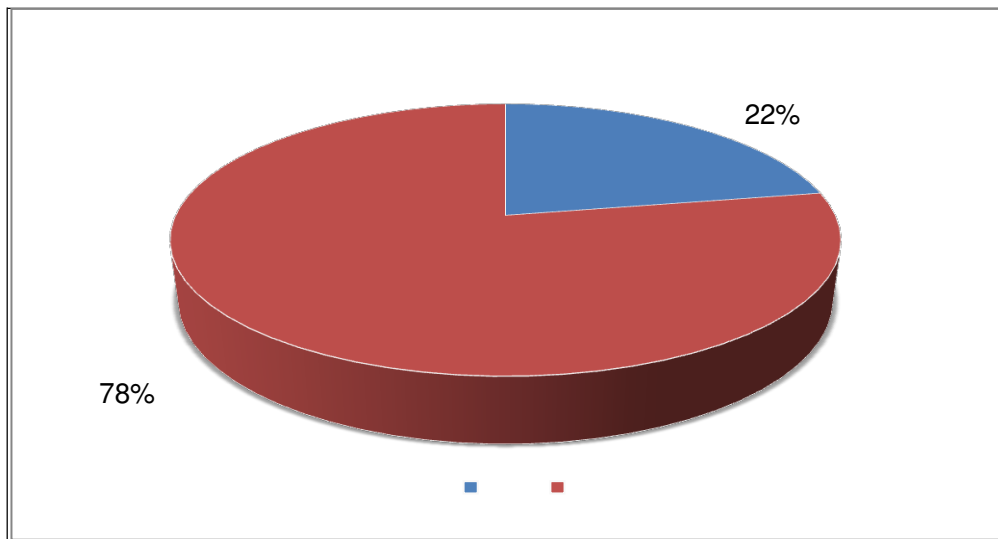
**Fonte:** Construídos com dados da pesquisa

Questionados sobre as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores entrevistados, 90 % relatam que a falta de chuvas é o fator de maior relevância na produção e apenas 10% relatam a falta assistência técnica. Cabe ressaltar aqui, que a área de estudo está localizada na porção central do estado da Paraíba, na mesorregião da Borborema e microrregião do cariri Ocidental, onde os índices pluviométricos são baixos, os agricultores descrevem a ocorrência de seca prolongada nessa região.

Palmer (1965) destaca que a seca é constatada pela falta de chuva, ausência ou carência dela. Por outro lado (OLIVEIRA, 2012) destaca que a seca é a falta de chuva ou o período no qual a ausência dela acarreta problemas sociais.

Deste modo, a estiagem é reconhecida por diferentes percepções e setores da sociedade, podendo ser enquadrada em quatro tipos: meteorológica, hidrológica, agrícola e socioeconômica (WILHITE; GLANTZ; RASMUSSEN, et al 1993, 1987).

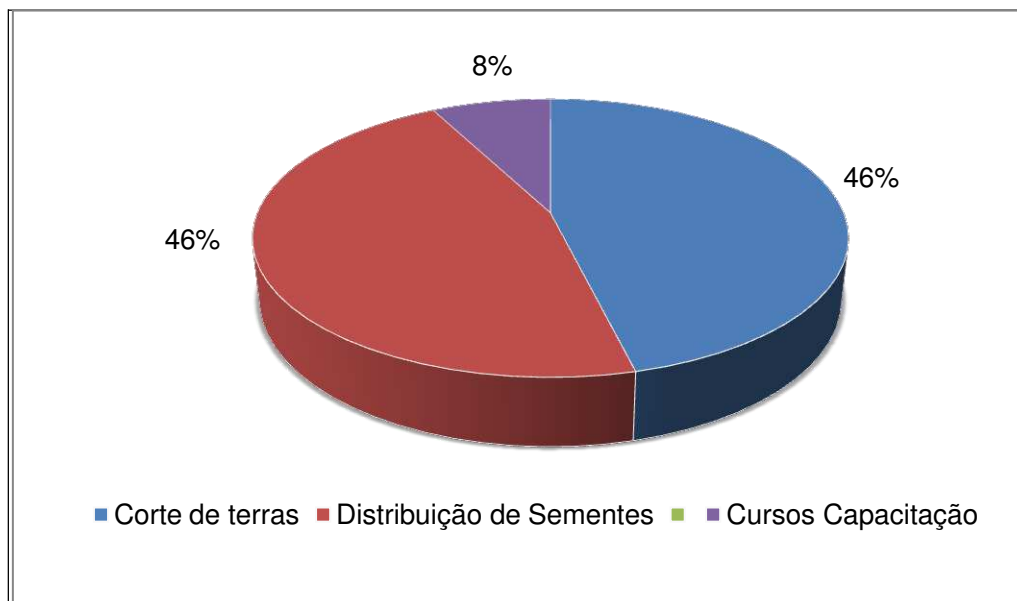
**Gráfico 11** - Visão dos entrevistados sobre a participação no PNAE



**Fonte:** Construídos com dados da pesquisa

Nota-se que apenas 22 % dos entrevistados Declaram Já Haver Fornecido Produtos Para O PNAE, enquanto 78% declaram nunca ter fornecido nenhum produto para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. A Lei nº 11.947/2009 define que no mínimo 30% dos gêneros alimentícios consumidos no PNAE sejam oriundos da Agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, levando em consideração o fortalecimento da Agricultura familiar e sua contribuição para o desenvolvimento social e econômico local.

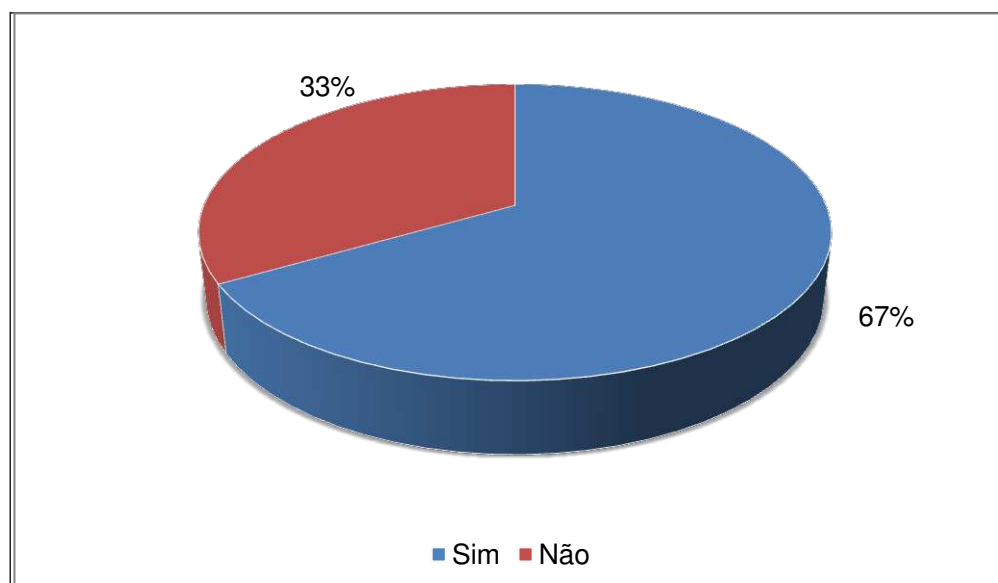
**Gráfico 12** - Percepção dos entrevistados quanto a Participação do Poder Público no setor agrícola local



**Fonte:** Construídos com dados da pesquisa

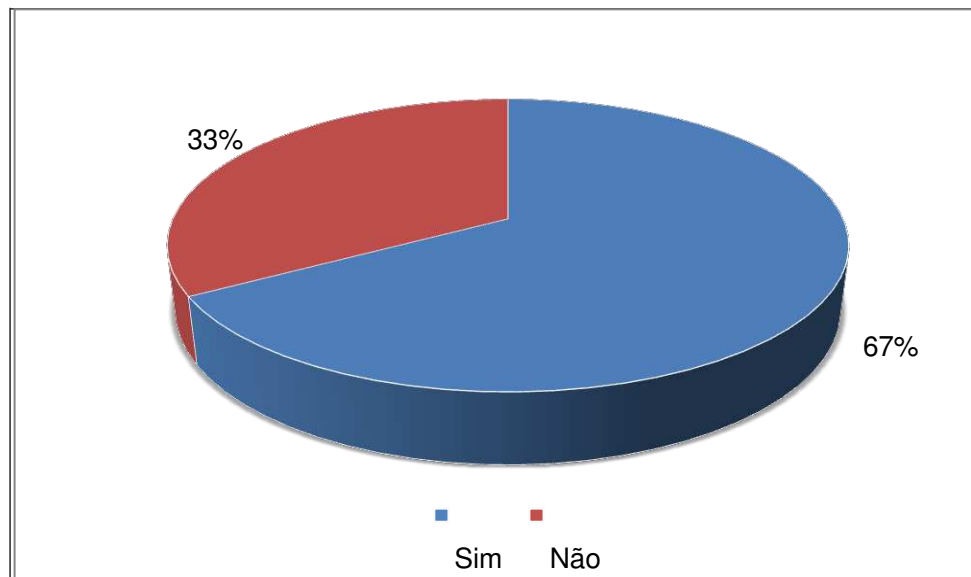
Quanto a percepção sobre participação do Poder público no setor agrícola local, 8% afirmar haver participado de capacitações, 46 % dos agricultores são beneficiados com horas de tratores para cortes de terra para o plantio durante o período de chuvas e 46% declaram receberem sementes para novos plantios. No entanto vale ressaltar que o poder público disponibiliza de acessos a programas de incentivos a produção agrícola, a exemplo do PNAE, o qual define que no mínimo 30 por cento dos gêneros alimentícios destinados a merenda escolar sejam adquiridos da agricultura familiar, anualmente é feito a chamada pública procedimento necessário para compra dos referidos produtos, no entanto não há participação destes agricultores, em consulta a secretaria de agricultura sobre a existência do Conselho Rural o qual é veículo de comunicação entre o poder público e o produtor rural , obtive a informação que os mesmos pertencem aos conselhos e conhecem a política pública de alimentação escolar.

**Gráfico 13** - Visão dos produtores referente a assistência técnica.



**Fonte:** Construídos com dados da pesquisa

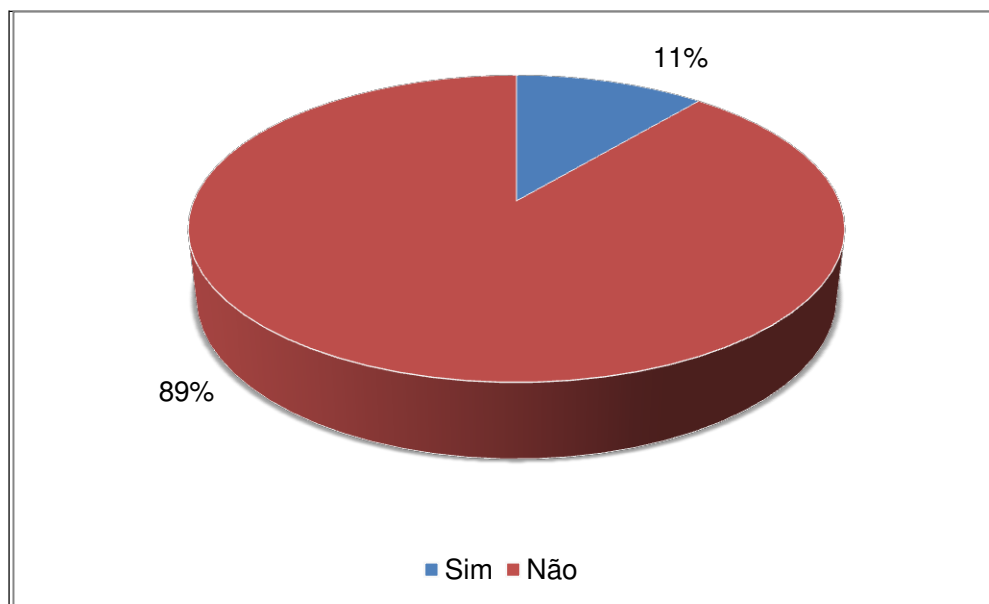
A Assistência Técnica de acordo com a pesquisa está presente na visão dos produtores, assistência prestada pela EMATER local. Nesse contexto, assistência técnica além prestar orientação em relação ao sistema de produção e ao uso adequado do crédito, é também um instrumento de extrema importância para preservação do meio ambiente.

**Gráfico 14** - Percepção dos produtores quanto ao acesso a créditos e outras políticas públicas

Fonte: Construídos com dados da pesquisa

Na amostra analisada 67% dos agricultores tem acesso ao crédito e a outras políticas públicas a exemplo do PRONAF e garantia –safra , apenas 33 % afirmam não terem acesso a essas modalidades de créditos.

Schneider, Mattei e Cazella (2004), destacam que a modalidade de crédito para custeio representa um grande volume de contratos e valor expressivo do total de recursos efetivamente aplicados nos últimos anos no quadro do PRONAF.

**Gráfico 15** - Visão dos agricultores no tocante ao uso de agrotóxicos na produção agrícola

Fonte: Construídos com dados da pesquisa



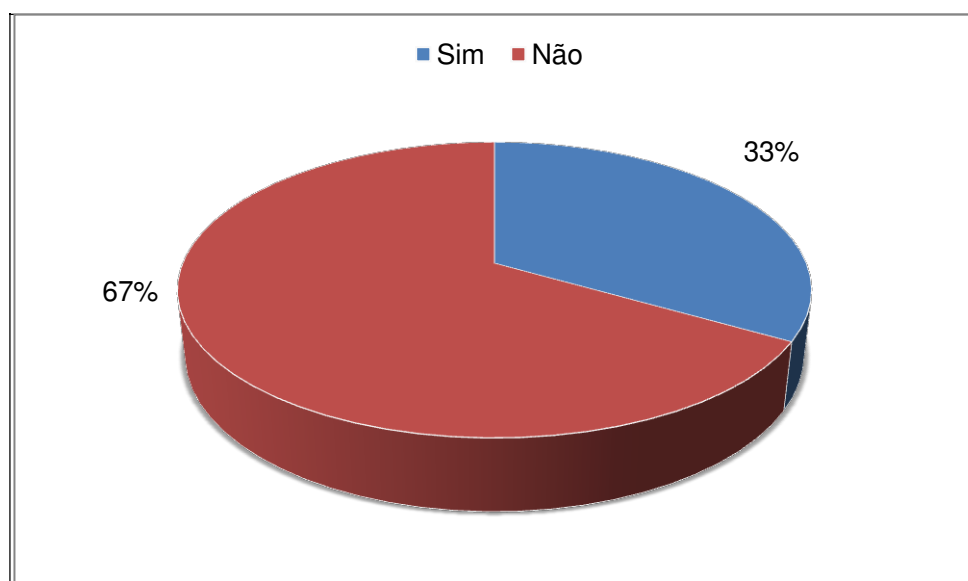
Dos agricultores entrevistados 89% informaram que não utilizam agrotóxicos em suas plantações e apenas 11% declararam a utilização de agrotóxicos na produção agrícola, embora terem declarado o uso em pequenas quantidades, o uso de agrotóxicos é sempre preocupante no entanto os mesmos demonstraram ter consciência do perigo quanto a utilização dos mesmos.

Conforme Borges et al. (2004), o impacto proveniente do uso de agrotóxicos ocorre na medida em que os sedimentos e partículas podem transportar substâncias químicas absorvidas em suas superfícies, estes, por sua vez podem contaminar os corpos d'água. Para Martin (1993), a contaminação dos solos e das águas pode se dar tanto por aplicação direta quanto por escoamento dessas substâncias.

Fernandes, Welch e Gonçalves (2012), destacam que o Brasil é o primeiro na lista dos países consumidores de agrotóxicos, em 2010 foram jogados nas lavouras mais de um bilhão de litros de venenos e os seus impactos a muito deixaram de ser uma questão agrícola e sim uma questão ambiental e de saúde pública.

Uma forma dos agricultores familiares produzirem alimentos com maior qualidade e segurança seria por meio de uma agricultura ecológica ou agroecologia, com base numa melhor relação com o meio ambiente em que vivem, de forma que também se economize em insumos, já que o capital para investir é um dos fatores limitantes da produção dos agricultores familiares. Além de agregar valor aos seus produtos, produzindo alimentos de uma forma mais segura e saudável. (COSTA, 2013, p.84)

**Gráfico 16** - Entendimento dos produtores sobre análise de solo e água



**Fonte:** Construídos com dados da pesquisa

Os agricultores percebem a qualidade do solo por aspectos relacionados aos seus atributos físicos. Quando perguntou aos agricultores se já havia analisados o solo e água em suas propriedades, 67 % afirmaram que nunca fizeram tal análise e apenas 33% já submeteram amostra de solo e água para análise.

## **6 CONCLUSÃO**

A pesquisa evidenciou dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, apesar de ser a cultura predominante no município de São José dos Cordeiros-PB, Os produtores entrevistados tiveram acesso a programas de melhoria na qualidade de vida da agricultura familiar, porém necessitando de acompanhamentos para melhor aplicação de créditos e produção. Vale resaltar a importância da dinâmica do campo com a comercialização dos produtos, ficou evidenciada que os mesmos têm conhecimento do programa de alimentação escolar, não despertando ainda para o engajamento nesta política pública. Alguns fatores são de suma importância os agricultores familiares são caracterizados pelas pequenas propriedades.

Em suma, é importante considerar a pluriatividade como uma condição para manter a população no campo e também para viabilizar as pequenas unidades produtivas que não conseguem, por motivos vários, responder integralmente às demandas do mercado, sustentando-se exclusivamente na atividade agrícola. Assim, o apoio à agricultura familiar tem que ser pensado no âmbito do desenvolvimento local no qual os aspectos econômicos, sociais, ecológicos e culturais devam ser igualmente levados em conta na busca de soluções não excludentes.

Faltam-lhes, portanto, os recursos necessários para produzirem a contento, como água, terra, capacitação, assistência técnica, infraestrutura física, tecnologia, recursos financeiros, dentre outros.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. Texto, contexto e significado: algumas questões na análise de dados qualitativos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, p. 66-71, 1983.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS/Ed. da UNICAMP, 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo. De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. I Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar da Embrapa, Petrolina, p. 17-27. 1997.

BRASIL. **DECRETO Nº 1.946, DE 28 DE JUNHO DE 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/D1946.htm>. Acesso em: 18 de fev. 2018

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar**. O Brasil redescoberto. Brasília: MDA/INCRA, 2000.

BRASIL, 2003. LEI Nº 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003. – Disponível em: [http://www.redejucara.org.br/legislacao/lei\\_10831\\_2003.pdf](http://www.redejucara.org.br/legislacao/lei_10831_2003.pdf) Acesso em: 15 de fevereiro 2018.

BRASIL- **Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: 24 de julho de 2006.

BRASIL, 2007. **DECRETO Nº 6.323, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2007**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm). acesso em: 15/02/2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar**. O Brasil redescoberto. Brasília: MDA/INCRA, 2000.

BORGES, J. R. P.; FABBRO, A.; L.; D.; JÚNIOR. A.; L.; R. Percepção de riscos socioambientais no uso de agrotóxicos – o caso dos assentados da reforma agrária paulista. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, MG, 2004.

CANUTO, J. C. A pesquisa e os desafios da transição agroecológica. **Ciência & Ambiente**, v. 1, n. 27, p. 133-140, 2003.

CARMO, M.S. A produção familiar como lócus ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, A. D.D., BRANDENBURG, A. **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998.

COSTA, Vibérica Gonçalves da, Políticas públicas e agricultura familiar: uma avaliação do PRONAF em dois assentamentos rurais da Mata Sul paraibana, João Pessoa, 2013.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil. Ministério de minas e energia (secretária de geologia, mineração e transformação mineral). **Diagnóstico do Município de São José dos Cordeiros**. Recife: CPRM,2005.

CHAVES, Adriana de Magalhães e CAMPOS, Ana Luiza Teixeira de (Orgs). **Boas práticas em educação ambiental na agricultura familiar: exemplos de ações educativas e práticas sustentáveis no campo brasileiro**. Brasília 2012. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. v1.

DIEESE; NEAD; MDA. **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. 4. ed. São Paulo. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário. São Paulo, 2011.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. Brasília: EMBRAPA-SPI, 2013.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES E. C. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. 1. ed. Roma: International Land Coalition., 2012. v. 1.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE.

Censo Agropecuário, Rio de Janeiro 2006.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p.379-408, 01 dez. 2004.

MARTIN, E. S. Agrotóxicos – intoxicações humanas e contaminação ambiental. *Revista de Geografia, Unesp, SP*, n. 12, p. 7-25, 1993.

MENDONÇA, Sônia R. Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura, Mundo agrário: *Revista de Estudos Rurales*, v. 1, n. 1, 2000.

OLIVEIRA, G. C. S. Perfil socioeconômico e potencialidades para a captação de água da chuva na microrregião do alto Capibaribe, PE. Recife: UFPE, 2012. Disponível em: <http://www.ufpe.br/posgeografia/images/dissertao%20gergia%20cristina.pdf>. Acesso: 05/03/2014.

PAIS - **Manual/Documento Referencial** - PAIS 2012 ; Versão 2.0, pag. 8; Agosto 2012

PALMER, W.C.. **Meteorological drought**. Washington, USA: Weather Bureau Res, 1965. n. 45, 58p.

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. 2011. Tese (Doutorado), Rio de Janeiro, CPDA/UFRJ, 2011.

PORTO, S. I. **Retomada e Perspectivas de Uma Política de Comercialização e Abastecimento Alimentar.** In: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Agricultura e Abastecimento Alimentar: Políticas Públicas e Mercado Agrícola. Brasília: CONAB, 2009. p. 45 – 57.

RASMUSSEN, E. M., DICKINSON, R. E., KUTZBACH, J. E., CLEAVELAND, M.

**K.Climatology.** In: MAIDMENT, D.R. Handbook of hydrology. New York: McGraw-Hill, 1993. Cap. 2, p.1-44, 1993.

SARTIN, Karla Roberto. **Papel das instituições de apoio à economia solidária junto a agricultura familiar:** Caso dos produtores Agroecológicos do município de Cacoal-RO. In: XXXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, 15 a 18 de outubro de 2012.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. **Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural.** In: NEIMAN, G.; CRAVIOTTI, C. (orgs.). Ente el campo y la ciudad. Ediciones. Buenos Aires, CICCUS, 2006.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p. 21-49. (Série Estudos Rurais).

SIQUEIRA, T. V. de; SIFFERT FILHO, N. F. Desenvolvimento Regional no Brasil: Tendências e Novas Perspectivas. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p.79-118, 30 dez. 2011.

TITO, N. G. **Documento técnico explicitando as limitações enfrentadas no acesso à política de crédito e financiamento ofertada para mulheres rurais nos Territórios da Cidadania Baixada Ocidental no Estado do Maranhão, Vale do Rio Vermelho no Estado de Goiás, Águas Emendadas (GO/DF/MG), Norte e Noroeste no Estado do Rio de Janeiro, Médio Alto Uruguai e Zona Sul no Estado do Rio Grande do Sul.** São Paulo: Instituto Interamericano de Cooperação para agricultura - IICA 2012. 61p.

TOMASETTO, M. Z. C.; LIMA, J. F.; SHIKIDA, P. F. A. Desenvolvimento local e agricultura familiar: o caso da produção de açúcar mascavo em Capanema - Paraná. **Interações**, Campo Grande, v. 10, n. 1, p. 21-30, jan./jun. 2009.

VEIGA, J. E. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência e Tecnologia.** Brasília, DF, v. 13, n. 3, p. 383-404, set./dez. 1996.

WANDERLEY, M. de N.B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 21, 2004, p. 42-61.

WILHITE, D. A.; GLANTZ, M.H. **Understanding the drought phenomenon**: The role definitions. In: WILHITE et al. Planning for drought toward a reduction of societal vulnerability. Colorado: West view, 1987. Cap. 2, p. 11-14. 1987.

WILKINSON, J., Cadeias Produtivas para Agricultura Familiar. **Revista de Administração**. Lavras: Universidade Federal de Lavras, v.1, n.1, jan./jun.1999.

# APÊNDICE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO SEMIARIDO**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA**  
**CURSO SUPERIOR EM TECNOLOGIA DA GESTÃO PÚBLICA**

**JOSELENE ARAUJO DO NASCIMENTO COSTA**

**ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA  
FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS - PB**

**ROTEIRO DA ENTREVISTA**

**IDENTIFICAÇÃO:**

- 1 – Gênero:  masculino     feminino
- 2 – Faixa etária:  20 a 35     36 a 55     55 a 70     acima de 70
- 3- Endereço (Comunidade/Sítio/Município): \_\_\_\_\_
- 4- Grau de instrução:  Não alfabetizado  Ensino fundamental Incompleto  Ensino fundamental completo  Médio Incompleto  Médio completo  Superior Incompleto ( Superior completo
- 5- Participação em organização associativa:  
 Sindicato rural  Associação  Cooperativa  Outro  Não participa
- 6- Suporte forrageiro:  Capineira  Pastagem Plantada ( Pastagem Nativa  Banco Proteína Nativo  Banco Proteína Plantada
- 7- Recursos hídricos:  Açude  Riacho  Poço  Fonte  Outro \_\_\_\_\_

**PRODUÇÃO:**

- 1-Principais culturas plantadas:
- 2- Tem bancos de sementes:  Sim     Não
- 3- Onde comercializa a produção agrícola:  Consumo próprio  Venda Intermediária ( Venda ao consumidor  Venda Só no município  Outro Município  Outro Estado
- 4- Quais as maiores dificuldades?
- 5- Participa do PNAE?(  Sim     Não
- 6- Sabe quanto ganha com a produção?(  Sim \_\_\_\_\_
- 7- De que forma o poder pública auxilia no setor agrícola local?



- 8- Presença de assistência técnica especializada: ( ) Sim ( ) Não
- 9- Tem acesso ao crédito e outras políticas públicas? ( ) Sim ( )  
Não
- 10- Usa agrotóxicos na produção? ( ) Sim ( ) Não
- 11- Já fez análise de solo e água? ( ) Sim ( ) Não